

ESTRATÉGIAS DE ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO DA PARENTALIDADE ADOTIVA: NOTAS SOBRE EXPERIÊNCIAS GRUPAIS

STRATEGIES FOR PSYCHOLOGICAL FOLLOW-UP
ON ADOPTIVE PARENTALITY: NOTES ABOUT GROUP EXPERIENCES

ESTRATEGIAS DE ACOMPAÑAMIENTOS PSICOLÓGICO
DE LAS FAMILIAS ADOPTIVAS: NOTAS SOBRE EXPERIENCIAS GRUPALES

RESUMO: No presente artigo objetiva-se analisar a importância de espaços grupais no acompanhamento psicológico tanto dos pretendentes à adoção, quanto das mães e pais após a adoção. Ao todo realizou-se três grupos de seis encontros cada, durante o ano de 2019. Os grupos eram gratuitos, fechados, quinzenais e ocorriam no período noturno em um serviço de atendimento psicológico de uma universidade pública do Brasil. Como método de análise da intervenção, foram aplicados questionários antes e depois da realização dos grupos. Os questionários preenchidos foram tabulados e categorizados para análise qualitativa e descritiva dos dados. Os principais resultados apontam para os espaços grupais como locais profícuos para elaboração das motivações e angústias que caracterizam o processo adotivo. Sinaliza-se a necessidade de construção e complexificação de políticas públicas voltadas à parentalidade adotiva que promovam acompanhamentos grupais tanto aos pretendentes, quanto às mães e pais por adoção.

Palavras-chave: Adoção; Parentalidade adotiva; Vínculo; Grupos; Políticas Públicas.

ABSTRACT: This article aims to analyze the importance of group spaces in psychological counseling, both for applicants for adoption and for mothers and fathers after adoption. Altogether, there were three groups that met six times each, during 2019. The groups were free of cost, closed, fortnightly and took place in the evening in a psychological service of a public university in the country. As a method of analyzing group intervention, questionnaires were applied before and after the groups were conducted. The completed questionnaires were tabulated and categorized for qualitative and descriptive data analysis. The main results point to the importance of group spaces as useful places for elaborating the motivations and anxieties that characterize the adoption process. There is a sign of the need to build public policies aimed at adoptive parenting, which promote group follow-ups, both to applicants, as well as to mothers and fathers by adoption.

Keywords: Adoption; Adoptive parenting; Bond; Groups; Public policy.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar la importancia de los espacios grupales en el acompañamiento psicológico, tanto para los solicitantes de adopción, como para las madres y los padres después de la adopción. En total, hubo tres grupos de seis encuentros cada uno, durante el año 2019. Los grupos fueron gratuitos, cerrados, quincenales y ocurrieron en el período nocturno en un servicio de atención psicológica de una universidad pública del Brasil. Como método de análisis de la intervención, se aplicaron cuestionarios antes y después de los grupos. Los cuestionarios completados fueron tabulados y categorizados para análisis cualitativa y descriptiva de los datos. Los resultados principales apuntan a los espacios grupales como lugares importantes para la elaboración de las motivaciones y angustias que caracterizan el proceso de adopción. Por lo tanto, el trabajo apunta para la necesidad de creación y complejificación de las políticas públicas, dirigidas a las madres, padres y solicitantes de adopción, que promuevan acompañamientos grupales.

Palabras claves: Adopción; Familia adoptiva; Enlace; Grupos; Políticas Públicas.

PAULO RICARDO DE
ARAÚJO MIRANDA¹

JULIANA GOMES
FIOROTT¹

ANDRÉIA ISABEL
GIACOMOZZI¹

ANDRÉA BARBARÁ DA
SILVA BOUSFIELD¹

¹ Universidade Federal de
Santa Catarina – UFSC,
Florianópolis/SC, Brasil

Recebido em 03/03/2020
Aprovado em 01/07/2020

INTRODUÇÃO

Desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com a Lei n. 8.069/1990, a regulamentação dos processos para a adoção no Brasil tem avançado progressivamente em termos legais e institucionais (Oliveira & Pereira, 2011). No que tange à dimensão legal que tipifica a adoção, um passo importante na história constitucional brasileira foi dado com a promulgação da Lei da Adoção (Lei n. 12.010/2009) e sua sucinta, mas importante, atualização na Lei n. 13.509/2017. Apesar da Lei n. 12.010/2009, avançar ao delimitar a obrigatoriedade do processo de habilitação para os postulantes à parentalidade adotiva, infelizmente, pouco se avançou na efetivação prática de tais procedimentos, em parte por causa da insuficiência numérica de profissionais no contexto forense, em parte devido a um descompasso na literatura científica sobre as formas de avaliação técnica e de manejo no acompanhamento psicológico das pessoas envolvidas no processo adotivo.

A primeira etapa para o processo de adoção é a habilitação (Santos & Lago, 2019). Essa fase consiste no ajuizamento de uma ação judicial em que se faz necessária a comprovação de requisitos estipulados pelo poder judiciário, tais como: prova de identidade, renda mensal, profissão, estado civil, comprovações de negativas cíveis e criminais e de bom estado de saúde. Após a entrada inicial com tais documentos, se realiza a avaliação social e psicológica, com o objetivo de verificar se o postulante está apto a adotar (Pelisoli & Oliveira, 2016).

Na tentativa de promover maior celeridade aos procedimentos para adoção, em 2017 foi promulgada a Lei n. 13.509, a qual, entre outros aspectos, objetiva reduzir o tempo de acolhimento de crianças/adolescentes institucionalizadas por meio do estabelecimento e/ou encurtamento de prazos em alguns procedimentos (Alves, 2019). Apesar de o tempo ser um fator fundamental para o desenvolvimento biopsicossocial de uma criança/adolescente, faz-se importante salientar que, para ampliar o número de adoções bem-sucedidas no Brasil, não basta reduzir prazos ou aumentar somente quantitativamente as decisões oficiais para as adoções. É preciso, sobretudo, qualificar as estratégias de acompanhamento das pessoas envolvidas antes e depois da adoção e isso é um fator complexo que envolve ampliação do número e capacitação dos profissionais envolvidos.

Por parentalidade compreende-se o conjunto dinâmico de interações entre os cuidadores e a criança/adolescente em um contexto cultural e social específico, sendo que, no caso da parentalidade adotiva, a adoção é um marcador importante (Barroso & Machado, 2010). Por definição, adoção é um modo de constituição familiar atravessado por aspectos sociais, jurídicos e afetivos que a diferenciam de uma filiação não adotiva (Reppold & Hutz, 2003). Dentro desse escopo, conceitua-se como adoção tardia a nova filiação parental de crianças/adolescentes maiores de dois anos de idade (Sampaio, Magalhães, & Féres-Carneiro, 2018). De acordo com o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), em janeiro de 2020, das 4.810 crianças/adolescentes disponíveis para a adoção, 4.692 (97,55%) correspondem a crianças maiores de dois anos de idade. Ainda que as Leis 12.010/2009 e 13.509/2017 tenham endossado o movimento para criação e promoção de campanhas para incentivar adoções tardias, inter-raciais, de grupo de irmãos e de crianças/adolescentes com deficiência, com doença crônica ou com necessidades específicas de saúde, ainda hoje é patente o hiato entre o perfil desejado pelos pretendentes à adoção e as crianças/adolescentes reais que estão institucionalizadas (Oliveira & Schwartz, 2013).

Em face a esse descompasso, faz-se importante avaliar quais são as motivações para a adoção por parte dos postulantes brasileiros. Em estudo específico sobre a temática, Giacomozzi, Nicoletti e Godinho (2015) apontam a impossibilidade de

gestar, a vontade de ajudar (fazer caridade) e de dar amor a uma criança como as principais motivações entre os adotantes. Muitas vezes atravessados pelo fantasma da esterilidade e na busca pelo ideal de formar uma família, os pretendentes à adoção demonstram dificuldades em superar as concepções hegemônicas sobre parentalidade centradas na filiação por gestação, a qual parte da premissa de que a condição do “ser filho” seria o de ser reflexo e perpetuação de uma imagem e de uma suposta idiosincrasia advindas da hereditariedade consanguínea dos genitores (Oliveira, Souto, & Silva, 2017).

Em estudo das representações sociais sobre o sangue, Silva (2017, p. 27) aponta o sangue como um signo complexo que apresenta múltiplas funções no meio social, e, nesse sentido, no que tange à parentalidade, o sangue pode legitimar o parentesco consanguíneo ou discriminar filhos adotivos. Além disso, na discussão sobre o significado cultural dos laços sanguíneos na sociedade brasileira, Santos (1995) lança a hipótese de que, em função da herança patriarcal e patrimonialista da cultura brasileira, há uma sobrevalorização dos laços de sangue em detrimento de outras situações vinculares, visto que eles supostamente seriam um atestado de pureza familiar, ou de verdade biológica que persistiria ao longo de tempo e através das gerações.

A partir desse descentramento do saber biológico como nodal à experiência humana e dado o esgotamento do distanciamento forjado abstratamente na separação entre natureza e cultura, o presente trabalho buscou substituir o termo “filho biológico” por “filho não adotivo”. Aparentemente pequena e pouco relevante, essa distinção de nomenclatura visa estancar a produção de pares antinômicos que opõe, no caso das filiações parentais, filhos biológicos (naturais, verdadeiros, inatos) e filhos adotivos (culturais, ficcionais, adquiridos). A distinção de nomenclatura objetiva cessar, portanto, os efeitos de sofrimento gerados por uma série de atos sub-legitimadores e de estigmas, explícitos ou implícitos, à parentalidade adotiva como sendo menor, artificial ou revogável (Melo Freitas, 2017).

Por sua vez, tal superação discursiva da dicotomia entre filhos não adotivos e adotivos não busca negar as especificidades do fenômeno da filiação na parentalidade adotiva. Tal como sinalizam Oliveira e Schwartz (2013), os problemas mais comuns no processo de vinculação na adoção são: por parte da criança/adolescente, a fragilidade, a vulnerabilidade, a rejeição e o medo de novo abandono; e, por parte dos adultos, a carência, a insegurança, a ansiedade e a tristeza, devido ao desejo mal elaborado de ter tido filhos por gestação. Nesse sentido, de acordo com Speck, Queiroz e Martin-Mattera (2018), a má elaboração do luto pela dificuldade ou impossibilidade de gestar, a desidealização da parentalidade com a chegada do filho e a dificuldade em sustentar a tensão do processo de vinculação no decorrer do tempo são os principais motivos para o insucesso na adoção e a consequente devolução de crianças/adolescentes.

Como trabalho preventivo à ocorrência de novas situações de sofrimento a partir de uma possível devolução, a estratégia de acompanhamento psicológico grupal tem se mostrado um interessante *setting* para manejo de demandas comuns oriundas dos adotantes. Ainda que diversas em suas modalidades, a literatura aponta, no contexto da adoção, uma predominância de grupos reflexivos de caráter operativo e centrados na tarefa (Pichon-Rivière, 2009). A realização de grupos com pretendentes à adoção tem se mostrado profícua em expandir e complexificar noções sobre os significados da parentalidade e da adoção, além de trabalhar questões relacionadas às idealizações da experiência parental e receios quanto à “carga genética e comportamental” das crianças/adolescentes (Cecílio, Hueb, & Farinelli, 2018; Fiorott, Palma, & Ecker, 2019; Scorsolini-Comin, Amato, & Santos, 2006; Sequeira & Stella, 2014).

Após o início do período de aproximação e ao longo do intervalo de vinculação parental, outras questões passam a emergir no convívio familiar, cujo grau de complexidade vai depender do tipo de adoção realizada, da história pregressa desta criança/adolescente e do nível de elaboração dos adotantes sobre o processo adotivo. De acordo com Santos, Bohn, Santoucy, Campos e Jesus (2017), é comum os adotantes experimentarem um sentimento ambivalente de amor e ódio pela criança/adolescente, visto que o vínculo recém-estabelecido ainda é incipiente e frágil. No intuito de compartilhar angústias frente a todas as mudanças que o ‘tornar-se’ mãe e/ou pai gera, a participação dos adotantes em espaços grupais após a adoção se mostra interessante no sentido de superar as barreiras iniciais da vinculação e diminuir o risco de devolução dessas crianças/adolescentes (Bryan, Flaherty, & Saunders, 2010).

Dada a diversidade de situações que configura o fenômeno complexo da adoção no Brasil, questiona-se: como qualificar o processo de acompanhamento à parentalidade adotiva? Qual a força do *setting* grupal de mães, pais e pretendentes à adoção para a elaboração da experiência adotiva? Com a finalidade de promover novas flexões e operar como uma “galeria de espelhos” em que há um reconhecimento mútuo, trabalhou-se com a modalidade grupo reflexivo (Zimerman, 2000). A partir de experiências com dois grupos reflexivos de mães e pais por adoção e com um grupo reflexivo de pretendentes à adoção, ao longo do ano de 2019, no presente artigo visa-se, primeiro, à reflexão sobre a potência e especificidades das intervenções grupais e, segundo, à delimitação de algumas estratégias de manejo e modos de coordenação de grupos no contexto da parentalidade adotiva.

MÉTODO

Como produto da realização de um projeto de extensão em uma Instituição de Ensino Superior Pública na região sul do Brasil, ofereceu-se gratuitamente à comunidade, no primeiro semestre de 2019, a 1ª edição do Grupo Reflexivo de Mães e Pais por Adoção e, no segundo semestre de 2019, a 2ª edição do Grupo Reflexivo de Mães e Pais por Adoção e a 1ª edição do Grupo Reflexivo de Pretendentes à Adoção. Como forma de avaliar a intervenção grupal em cada uma das edições, aplicamos questionários antes e depois da mesma com os participantes. Comum a maioria dos projetos de pesquisa e extensão em fase inicial de implementação, foram realizados pequenos ajustes nos questionários aplicados, contudo, ressalta-se que as dimensões e questão central não sofreram modificações.

Procedimentos

Nos questionários aplicados em grupos e momentos distintos, objetivou-se avaliar duas dimensões dos participantes. São elas: (a) as expectativas anteriores e os impactos da experiência grupal na preparação para adoção ou no exercício da parentalidade adotiva; (b) aspectos socioeconômicos. Nesse sentido, no presente estudo, de caráter qualitativo e descritivo, analisou-se as motivações para a participação no espaço e os impactos do *setting* grupal no processo de adoção dos participantes.

Examinou-se os materiais coletados da dimensão I na perspectiva da análise de conteúdo categorial-temática (Bardin, 2011). De acordo com essa autora, a Análise de Conteúdo é caracterizada como um conjunto de técnicas que possibilita a análise das comunicações. Ao todo 30 pessoas participaram da pesquisa.

Coletou-se 30 questionários no início dos grupos (eixo 1) e 19 questionários ao final dos grupos (eixo 2), sendo a diferença numérica consequência da desistência de alguns participantes ao longo do processo grupal. Os dados foram tabulados e posteriormente divididos em eixos e categorias por similitude. O eixo 1 compreende as respostas para as perguntas: (a) “Quais são as suas expectativas em relação ao grupo?” e (b) “Há algum tema específico que você tenha interesse em refletir no grupo?”, as quais foram divididas nas seguintes categorias: (α) “Considerações iniciais: queixas e demandas predominantes das mães, pais e pretendentes à adoção” e (β) “Vontade de ‘estar-junto’: a expectativa sobre o grupal como espaço de troca de experiências e de aprendizagens”. Por sua vez, o eixo 2 abarca as respostas para as seguintes perguntas: (c) “Descreva como você sente que o grupo impactou no seu processo de adoção”; (d) “Se você pudesse mudar algo do que ocorreu nos encontros, o que você mudaria?” e (e) “Nos diga o que você mais gostou no grupo e o que você menos gostou”, cujos dados foram agrupados nas categorias: (Υ) “Complexidades do grupal: principais dificuldades na realização dos grupos” e (Δ) “Políticas públicas e horizontes possíveis: a força do *setting* grupal e a qualificação do acompanhamento aos adotantes”. Por fim, a discussão dos dados categorizados da dimensão I foi complementada com os relatos de campo feitos sempre após os encontros pelo bolsista de extensão do projeto. O relato de campo, registrado em formato de diário de campo, configura um instrumento de registro com base nos fatos e fenômenos observados. Ao relatar tais questões, deve-se atentar para uma análise crítico-reflexiva (Queiroz, Silva, Santos, & Tavares, 2019).

Participantes

Em função dos dados socioeconômicos terem sido colhidos em diferentes momentos, ora no questionário inicial, ora no questionário final, coletou-se ao todo 18 questionários socioeconômicos. Dos respondentes, todos são heterossexuais, 78% são mulheres e apenas 6% (1 pessoa) se autodeclara negro, sendo o restante composto por pessoas autodeclaradas brancas. A maioria dos participantes apresenta renda acima da média brasileira (39% de 3 a 6 salários mínimos [sm]; 23% de 6 a 9 sm; 18% de 9 a 12 sm; 10% de 12 a 15 sm; e 10% acima de 15 sm) e possui um alto grau de escolaridade (56% com pós-graduação; 33% com ensino superior completo; 5,5% com ensino superior incompleto; e 5,5% com ensino fundamental completo). Por fim, todos os respondentes têm mais de 30 anos de idade (28% de 30 a 35 anos; 28% de 36 a 41 anos; 28% de 42 a 47 anos; 11% de 48 a 53 anos; e 5% acima de 60 anos).

Modalidade grupal

Antes de avançar para os resultados e a discussão, é importante caracterizar os grupos oferecidos aos adotantes e pretendentes à adoção. Os grupos eram gratuitos, quinzenais, fechados, com duração de 1 hora e 30 minutos e ocorriam no período noturno em um dia útil da semana. O espaço onde eram realizados os encontros se situava em uma das salas de grupo de serviço de atendimento psicológico à comunidade, vinculado a uma IES Pública na região sul do Brasil. Na quinzena em que ocorriam os Grupos Reflexivos de Mães e Pais por Adoção, uma sala com atividades lúdicas e psicopedagógicas para crianças/adolescentes também era oferecida, sendo esta coordenada por psicólogas voluntárias e graduandas da instituição em Psicologia. Com cada um dos três grupos oferecidos foram realizados seis encontros. Cada encontro era balizado por uma temática central e se dividia

em aquecimento/relaxamento, tarefa principal e fechamento. Quanto à escolha dos temas, nos primeiros encontros de cada processo grupal organizava-se um levantamento sobre as principais temáticas de interesse dos participantes.

Aspectos éticos

O presente projeto de pesquisa e extensão realizado ao longo de 2019 está de acordo com as diretrizes e as normas da Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde. Cadastrado na Plataforma Brasil, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH), vinculado a uma IES, para avaliação. A aprovação do projeto pode ser acessada de acordo com o parecer n. 3.013.825. Antes de responder aos questionários, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) era apresentado aos participantes. Os questionários só eram preenchidos após a assinatura do TCLE.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente artigo objetivou analisar a importância de espaços grupais no acompanhamento psicológico, tanto dos pretendentes à adoção, quanto das mães e pais após a adoção. Para a exposição dos resultados e discussão serão apresentados quatro sub-tópicos com o intuito de melhor explicar cada categoria identificada. Os nomes reais dos participantes foram substituídos por nomes fictícios.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: QUEIXAS E DEMANDAS PREDOMINANTES DAS MÃES, PAIS E PRETENDENTES À ADOÇÃO

Por mais que aparentemente dispersas e abrangentes, as queixas que motivaram os participantes a frequentarem os grupos apresentam diversos pontos em comum. Dentre elas, a primeira demanda que pode ser circunscrita a partir dos enunciados é a relação com o passado da criança. Seja na angústia pelo “histórico da criança, o que ela traz de lembranças” (Cássia, mãe) ou na “vontade da criança de manter contato com a família” (André, pai), a experiência das crianças/adolescentes anterior ao processo adotivo costuma ser uma questão para os adotantes, principalmente nas adoções tardias, majoritárias no grupo reflexivo de mães e pais por adoção.

De modo geral, segundo Sampaio et. al. (2018), a angústia quanto ao histórico da criança e as dificuldades no período de vinculação são mais intensas nas adoções tardias. Se, em função do aspecto temporal, uma adoção tardia acumula mais experiências vividas do que a adoção de bebês, tampouco este fator é determinante ao processo de vinculação. Nesse sentido, foi um dos papéis da mediação grupal quanto a essa demanda questionar a ideia de que o bebê é uma página em branco e ‘fazer-notar’ que ter uma história prévia não é um problema em si, senão a condição do ‘estar-vivo’ de qualquer pessoa. Mais importante do que o momento em que se inicia a vinculação, portanto, é a possibilidade de elaboração das próprias histórias por todos os sujeitos envolvidos.

A capacidade de distinguir comportamentos concernentes ao desenvolvimento humano típico daquilo que seria consequência da adoção, como também sinalizaram Cecílio et. al. (2018), foi uma das solicitações aos mediadores dos grupos de parte considerável dos participantes. Ainda que comportamentos regressivos sejam comuns em adoções tardias, como apontam Silva et. al. (2017), o choro, a birra,

o teste dos limites das regras, a necessidade de atenção são todas características típicas de qualquer criança em desenvolvimento, mas que, por vezes, são equivocadamente atribuídas unicamente ao processo de adoção.

Nesse sentido, não se busca negar aqui que a adoção seja uma marca que atravessa as pessoas que passam por esse processo, seja como adotadas ou adotantes. Contudo, faz-se importante apontar para uma problemática que frequentemente acompanha a necessidade de dividir aquilo que “é do desenvolvimento típico” daquilo que “é da adoção”, a qual consiste na transformação de incômodos relacionais e/ou comuns a qualquer criança em problemas originados pela adoção. Doravante, o exercício reflexivo proposto pelos coordenadores em ambos os grupos, em síntese, residia na retomada da infância dos participantes e nos impasses vividos em seus processos de desenvolvimento.

A relação entre a sociedade e os sujeitos que passam pelo processo adotivo, como adotantes ou adotados, também é marcada por impasses e preconceitos. As adoções tardias, inter-raciais e homoafetivas foram as principais queixas trazidas pelos participantes dos grupos. Muito complexas para serem analisadas em conjunto, diferentes questões emergem a partir destes marcadores sociais, os quais, por vezes, aparecem sobrepostos nas situações narradas pelos participantes.

Quanto à adoção tardia, é comum a desqualificação e a desconfiança social na capacidade de se formar ali um vínculo estável e sólido. A adoção inter-racial, por sua vez, coloca em constante evidência a relação parento-filial adotiva dos laços estabelecidos, não sendo possível, portanto, disfarçar a adoção (Peixoto, Giacomozzi, Bousfield, Berri, & Fiorott, 2019). Por seu turno, a adoção por casais homoafetivos é marcada pela suspeita da capacidade dessas mães ou pais em suprir os supostos lugares de mãe e pai sem deixar um vácuo nas referências parentais da criança/adolescente. Enquanto coordenação de grupo frente a essas questões, a função foi a de colocar em questão junto com os participantes as lógicas que sustentam as ideias hegemônicas sobre vínculo parental, amor materno/paterno, adoção como configuração familiar secundária, relações étnico-raciais e arranjos parentais cis-heterocentrados.

VONTADE DE ‘ESTAR-JUNTO’: A EXPECTATIVA SOBRE O GRUPAL COMO ESPAÇO DE TROCA DE EXPERIÊNCIAS E DE APRENDIZAGENS

Quase a totalidade das manifestações quanto às expectativas dos participantes sobre os grupos girava em torno de compartilhar experiências/angústias e incorporar aprendizagens.

Muitas vezes, sobretudo no começo da convivência quando as crianças chegam, poder compartilhar com outros pais e saber que não se está sozinho, que há certos padrões que se repetem, que certas reações e comportamentos são comuns, é alentador. Muito importante saber que o pior vai passar. O espaço de compartilhamento é fundamental. (Maria Carolina, mãe)

Seja no suporte ao enfrentamento da crise de inserção da criança/adolescente (Silva et. al., 2017), ou na possibilidade de ressignificar conflitos e afetos ao trabalhar sentimentos e emoções (Sequeira & Stella, 2014), o grupo – enquanto dispositivo de encontro – promove às mães, aos pais e aos pretendentes à adoção uma vontade de ‘estar-junto’ como forma de desindividualizar questões que são comuns ao grupo de participantes. Isto é, por um lado, aos pretendentes, a vivência grupal

auxilia a trabalhar a ansiedade e a angústia da espera características do processo de habilitação, tal como sinaliza uma das participantes: “acredito que a troca de experiências é fundamental, propicia um bom entrosamento do grupo e nos ajuda a entender as fases e as angústias do processo” (Larissa, pretendente). Por outro lado, também é neste espaço que se faz possível problematizar, junto aos pretendentes, os motivos de a maioria deles desejar bebês da mesma cor de pele, sem problemas de saúde e sem irmãos.

Já no grupo reflexivo com mães e pais por adoção, em que predominava a participação de pessoas que haviam optado por adoções tardias, o desejo de trocar experiências e de perceber as similitudes e singularidades dos seus processos era o que motivava a participação desses sujeitos nos grupos, tal como indica a expectativa sobre o grupo de um dos membros, “*conversar com outras pessoas sobre adoção e sobre as dificuldades no pós-adoção, principalmente para adoções tardias*” (Erick, pai). Além disso, o grupo funcionava como continente e suporte nos momentos em que angústias e sofrimentos vividos eram relatados.

COMPLEXIDADES DO GRUPAL: PRINCIPAIS DIFICULDADES NA REALIZAÇÃO DOS GRUPOS

Por se tratar de um projeto-piloto, inaugurado no ano de 2019, algumas situações foram desafiadoras à coesão, permanência e condução dos grupos. Diferente do que sinalizam Cecílio et. al. (2018) com relação aos conflitos entre diferentes tipos de adoções realizadas nos grupos de mães e pais por adoção, não houve pessoas que declararam ter realizado “adoções diretas”, popularmente conhecidas como “adoções à brasileira”. Todos os presentes passaram pelos trâmites legais que envolvem o processo para a adoção. Entretanto, um fator ansiogênico e estressor nos grupos, apontado por alguns participantes, foi a centralização da fala por algumas pessoas em certas situações: “às vezes precisaria de mais intervenção quando uma pessoa não para de falar, a não ser que ela está em uma situação atual muito difícil e precisa de mais espaço para falar” (Rafaela, mãe). Tal circunstância remeteu aos coordenadores o fato de que o se sentir em grupo, isto é, enquanto espaço majoritariamente de escuta, não é uma experiência autoevidente, sendo importante, portanto, dinâmicas de sensibilização ao *setting* grupal.

Outra dificuldade ao desenvolvimento e aprofundamento dos processos grupais foi a descontinuidade de participações na 1ª edição do grupo reflexivo de mães e pais por adoção e o esvaziamento de participantes na 1ª edição do grupo reflexivo de pretendentes à adoção. No que tange à descontinuidade, a ocorrência de faltas intermitentes dos participantes fragilizou a configuração grupal, afinal, o grupo não é um mero somatório de indivíduos, mas se expressa e se organiza em sua totalidade (Zimmerman, 2000). “*O que menos gostei foi a falta de compromisso de algumas pessoas, acredito que outros gostariam de participar e não puderam. Por vezes acontece alguma situação que impede a continuidade, mas achei alto o número de faltas*” (André, pai).

Com relação ao esvaziamento do grupo de pretendentes, houve um decréscimo considerável no número de participantes ao longo dos encontros cujo nexos causal não foi investigado e pode apenas ser inferido. Contudo, é importante frisar que, dos 11 participantes inscritos no grupo, apenas um estava habilitado para adoção. Nesse sentido, é possível que a baixa vinculação ao processo grupal esteja relacionada ao fato de este grupo ter reunido um conjunto significativo de pessoas que sequer deram entrada ao processo de habilitação. Uma das participantes demarca seu descontentamento com o esvaziamento dos grupos e aponta uma maior energia na divulgação do espaço como uma solução possível: “*acho que seria legal mais pessoas*

participando, acredito que com o esforço da divulgação no fórum e nos grupos isso acabe acontecendo” (Yasmin, pretendente).

Fato é que tanto a primeira quanto a segunda adversidade têm origens multicausais e necessitam de estudo específico para investigar seus fundamentos. No entanto, um aspecto abordado por Scorsolini-Comin et. al. (2006), e que pode ter relação com os dilemas enfrentados pelo presente estudo, concerne à localização da sala na universidade em que eram realizados os grupos. De difícil acesso em função do trânsito congestionado na região e horário em que se iniciavam os grupos, para algumas pessoas a localização pode ter sido um dificultador ou um impeditivo à participação ou permanência nos encontros. Ademais, mesmo com os avanços da Lei n. 13.509/2017 na extensão dos direitos, licença remunerada às mães e pais por adoção, não era incomum pessoas chegarem atrasadas aos grupos, ou sequer conseguirem ir, em função das demandas de trabalho/estudo. Salienta-se que essas motivações foram declaradas pelos participantes do grupo e que podem existir diferentes motivos não expressos além destes.

HORIZONTES POSSÍVEIS: A FORÇA DO SETTING GRUPAL E A QUALIFICAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO AOS ADOTANTES

Como forma de fomentar a construção e fortalecimento dos vínculos familiares, as intervenções grupais visavam à promoção do recrudescimento da responsabilidade dos adotantes pela escolha da parentalidade adotiva como um modo de constituição familiar (Santos et. al., 2017). No caso dos pretendentes, isso se realiza pelo processo de desidealização da parentalidade e pelo questionamento sobre os reais motivos que os levam a desejar adotar, ou seja, “a adoção não pode servir para suprir faltas subjetivas dos adotantes” (Oliveira & Pereira, 2011, p. 115). Por outro lado, o trabalho grupal com mães e pais por adoção se desenvolve na direção da elaboração das angústias dos adultos frente aos desafios de vinculação colocados pelas crianças/adolescentes como, por exemplo, a testagem do amor (Speck et al., 2018).

Ainda que com impasses no decorrer de suas construções ao longo do ano de 2019, os grupos reflexivos de mães, pais e pretendentes à adoção se mostraram muito importantes aos participantes que se estabeleceram nos grupos. De todas as 19 respostas dadas ao disparador “descreva como você sente que o grupo impactou no seu processo de adoção”, todas elas assinalaram aspectos positivos ou muito positivos na participação dos encontros.

O grupo trouxe histórias e exemplos que encaixam em nossa relação de adoção. Tenho a sensação de que boa parte das situações em adoção acontecem de forma sistemática com todas as famílias. Ter participado do grupo me fez relaxar por perceber que as situações que enfrentamos são comuns e contornáveis. O dia a dia ficou mais leve e o peso/medo do futuro ficou menor. É muito bom poder compartilhar. É sentir que não estamos sozinhos. Entendemos com mais facilidade as atitudes da nossa menina e como lidar com as tais. (Brígida, mãe)

Nesse sentido, ainda que não se trabalhe diretamente com as crianças/adolescentes que passaram pelo processo da adoção, os efeitos indiretos das vivências grupais podem ser notados nesses enunciados. Como assinalaram dois participantes do grupo pós-adoção: “*sempre saio mais aliviada por poder compartilhar as experiências difíceis. Também sinto mais gratidão por ter minha filha. Me sinto acompanhada.*

Me sinto mais compreensível e mais paciente” (Rafaela, mãe); e “a troca de experiências é maravilhosa! Aprendi muito com os outros participantes. Me senti ainda mais ligada ao meu filho” (Clarice, mãe).

Ademais, diferentemente dos cursos preparatórios realizados na maioria das Comarcas brasileiras, cujo caráter informativo predomina na dinâmica do encontro, os grupos reflexivos objetivam acessar sentimentos e emoções em seus regimes de intensidade e afetabilidade, de modo que as questões sejam elaboradas individual e coletivamente. Trata-se, portanto, de um aprofundamento qualitativo do cuidado aos adotantes que coloca em questão e em conjunto motivações, desejos, inseguranças e medos. Como aborda uma das participantes do grupo de pretendentes à adoção:

Nossa, não sei nem por onde começar! Foi lindo! Abordou diversos assuntos extremamente importantes que já tínhamos visto superficialmente em grupos de adoção, internet e curso, porém com um olhar muito mais potente, profundo. Trouxe à consciência a necessidade de estar atenta a algumas questões antes não pensadas também. (Yasmin, pretendente)

Por fim, a despeito de, ao longo da descrição dos resultados e discussão, optar-se por não separar em categorias distintas os grupos de pretendentes e os grupos de mães e pais por adoção, é importante frisar que as estratégias de manejo e de condução grupal eram diferentes entre os dois grupos. Em síntese, se por um lado o grupo de pretendentes manifestava suas questões orientadas ao futuro, de caráter ansiogênico, por outro lado, o grupo de mães e pais por adoção expressava suas angústias orientadas ao passado recente ou ao presente. Dada essa diferença na dinâmica dos afetos de cada grupalidade, a atuação da coordenação também variava. Nesse sentido, enquanto a estratégia de manejo no grupo de pretendentes buscava questionar e fraturar pressupostos estabelecidos sobre a adoção, as formas de manejo nos grupos de mães e pais por adoção buscavam acolher as dificuldades do processo de vinculação parental e, ao mesmo tempo, fazer circular a fala-escuta entre os participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas três décadas muito se avançou em termos legais e processuais no campo da adoção no Brasil, principalmente no que concerne ao combate à chamada “adoção à brasileira” realizada fora dos trâmites legais. Contudo, a adoção ainda é marcada por múltiplos problemas que envolvem: estigmas e preconceitos; descompasso entre o perfil desejado e o perfil real da criança/adolescente acolhida; idealizações e tensões, entre outros. Tendo em vista que as políticas públicas são um instrumento importante para produzir dados e planejar ações sistemáticas, aponta-se a construção e complexificação de políticas públicas voltadas às crianças/adolescentes institucionalizadas e aos adultos que buscam a parentalidade adotiva como uma forma de superar os impasses ainda existentes no processo adotivo.

Nesse sentido enquanto trâmite legal, não basta aumentar a celeridade dos procedimentos sem que este movimento seja acompanhado pela qualificação do processo para a adoção, sendo o acompanhamento psicológico grupal uma dessas possibilidades. Doravante, ao longo deste artigo se objetivou evidenciar a força que os grupos reflexivos têm de romper e superar os desafios presentes no cotidiano dos adotantes, com e a partir das demandas dos próprios participantes, seja na espera prolongada e ansiogênica pela chegada da criança/adolescente, seja no convívio comumente complexo que marca principalmente o início das vinculações parentais.

Com a finalidade de contribuir com a produção de tecnologias de manejo e coordenação grupal para complexificação das atuais políticas públicas voltadas à parentalidade adotiva, no presente artigo direcionou-se em dois sentidos distintos, porém complementares. Primeiro, na qualificação das intervenções grupais voltadas aos pretendentes em fase de habilitação, isto é, superando a dimensão unicamente informativa e apostando em procedimentos vivenciais. Segundo, na criação de dispositivos que garantam espaços grupais de acolhimento, suporte e acompanhamento aos adotantes após a adoção, os quais, no momento de iniciação da vinculação, vivenciam o processo afetivamente intenso do tornar-se mãe e/ou pai. Em síntese, por meio de grupos reflexivos, assinala-se que trabalhar aspectos emocionais com a parentalidade adotiva é, sobretudo, ampliar as condições de possibilidade de que as crianças/adolescentes uma vez adotadas não tenham, mais uma vez, os laços afetivos rompidos e os direitos violados.

REFERÊNCIAS

- Alves, A. L. R.** (2019). *A espera por adoção de crianças e adolescentes afastados judicialmente da família: aplicabilidade da Lei n. 13.509/2017 na 1ª Vara da Infância e Juventude de João Pessoa/PB*. Trabalho de Conclusão de Curso, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, PB.
- Bardin, L.** (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barroso, R. G. & Machado, C.** (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psychologica*, 52(1), 211-229.
- Bryan, V., Flaherty, C., & Saunders, C.** (2010). Supporting adoptive families: participants perceptions of a statewide peer mentoring and support program. *Journal of Public Child Welfare*, 4(1), 91-112.
- Cecílio, M. S., Hueb, M. F. D., & Farinelli, M. R.** (2018). Vivenciando uma Oficina Preparatória para Adoção: um relato de experiência. *Revista da SPAGESP*, 19(2), 94-109.
- Fiorott, J. G., Palma, Y. A., & Ecker, D. D. I.** (2019). Conceito de grupo-dispositivo no apoio à adoção: desnaturalizando significados instituídos. *Ciências Psicológicas*, 13(2), 390-397.
- Giacomozzi, A. I., Nicoletti, M., & Godinho, E. M.** (2015). As representações sociais e as motivações para adoção de pretendentes brasileiros à adoção. *Psychologica*, 58(1), 41-64.
- Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009.** (2009). Dispõe sobre adoção; altera as Leis n. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm
- Lei n. 13.509, de 22 de novembro de 2017.** (2017). Dispõe sobre adoção e altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm
- Melo Freitas, M. R.** (2017). Dicotomia natureza e cultura e seus reflexos nas estruturas de parentesco. *Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR*, 2(2), 481-495.
- Oliveira, C. A. & Pereira, E. G.** (2011). Estudo sobre a Lei Nacional de Adoção: institucionalização, acolhimento familiar e cadastros. *ContextosClínicos*, 4(2), 113-122.

- Oliveira, D. S. & Schwartz, E. R. D.** (2013). The new Adoption Law: legal and psychological aspects. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 30(3), 445-453.
- Oliveira, P. A. B. A., Souto, J. B., & Silva, E. G.** (2017). Adoção e Psicanálise: a Escuta do Desejo de Filiação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 909-922.
- Pelisoli, C. & Oliveira, D. F.** (2016). Aspectos jurídicos e psicossociais da adoção de crianças e adolescentes no Brasil. In P. I. C. Gomide & S. S. Staut (Orgs.), *Introdução à psicologia forense* (pp. 69-83). Curitiba: Juruá.
- Peixoto, A. C., Giacomozzi, A. I., Bousfield, A. B. S., Berri, B., & Fiorott, J. G.** (2019). Desafios e estratégias implementadas na adoção de crianças maiores e adolescentes. *Revista Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(63), 89-108.
- Pichon-Rivière, E.** (2009). *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1983).
- Queiroz, V. D., Silva, M. T., Santos, L. M. S., & Tavares, S. F.** (2019). O diário de campo e suas contribuições para o processo de formação profissional. In *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, Brasília, DF. Recuperado de <http://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1065/1042>
- Reppold, C. T. & Hutz, C. S.** (2003). Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: características psicossociais das mães adotivas. *Estudos de Psicologia* (Natal), 8(1), 25-36.
- Sampaio, D. S., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T.** (2018). Pedras no Caminho da Adoção Tardia: Desafios para o Vínculo Parento-filial na Percepção dos Pais. *Trends in Psychology*, 26(1), 311-324.
- Santos, A. P. H. & Lago, V. D. M.** (2020). A percepção de psicólogos peritos sobre o processo de habilitação para adoção. *Revista UniversoPsi*, 1(1), 125-149.
- Santos, A. C. P., Bohn, C. H., Santoucy, L. B., Campos, N. M. V., & Jesus, P. S.** (2017). Uma década do Vivências & Convivências: acompanhamento de grupos de famílias adotantes. *Revista de doutrina e jurisprudência*, 108(2), 273-282.
- Santos, L. A. C.** (1995). Doação, transfusão e laços de sangue: cultura e sociedade no Brasil contemporâneo. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 2(1), 167-170.
- Scorsolini-Comin, F., Amato, L. M., & Santos, M. A.** (2006). Grupo de apoio para casais pretendentes à adoção: a espera compartilhada do futuro. *Revista da SPAGESP*, 7(2), 40-50.
- Sequeira, V. C. & Stella, C.** (2014). Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. *Psicologia: teoria e prática*, 16(1), 69-78.
- Speck, S., Queiroz, E. F., & Martin-Mattera, P.** (2018). Desafios da clínica da adoção: devolução de crianças. *Estudos de Psicanálise*, 49, 181-186.
- Silva, M. O. D.** (2017). *Ritos e mitos: as representações sobre o sangue e sua doação*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ.
- Zimmerman, D.** (2000). *Fundamentos básicos das grupoterapias*. Porto Alegre: Artmed.

PAULO RICARDO DE ARAÚJO MIRANDA

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, foi bolsista de extensão no Projeto “Grupos Reflexivos com pretendentes, mães e pais por adoção”, atuando como coordenador de grupos.

<https://orcid.org/0000-0001-9183-4948>

E-mail: pramiranda95@gmail.com

JULIANA GOMES FIOROTT

Possui graduação em Psicologia pelo Centro Universitário FADERGS. É mestre (2020) e doutoranda (Bolsista CAPES) em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Participa como extensionista e coordenadora de grupos no projeto de extensão “Grupos Reflexivos com pretendentes, mães e pais por adoção”. Faz parte da equipe do Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (LACCOS).

<https://orcid.org/0000-0002-6064-1593>

E-mail: juliana.gomesfiorott@gmail.com

ANDRÉIA ISABEL GIACOMOZZI

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998), mestrado (2004) e doutorado em Psicologia também pela UFSC (2008). Realizou doutorado Sanduíche na Universidade de Estudos de Pádua, em 2006, como bolsista CAPES, e Estágio no CRIPS (Centro de Pesquisa e Informação em Prevenção da Sida) Ile-de-France, Paris, em 2007, como bolsista do Departamento Nacional de DST e Aids no escopo da cooperação Brasil-França. Atualmente, é professora adjunta do Departamento de Psicologia da UFSC e PPGP – Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSC.

<https://orcid.org/0000-0002-3172-5800>

E-mail: agiacomozzi@hotmail.com

ANDRÉA BARBARÁ DA SILVA BOUSFIELD

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Pelotas (2000), mestrado (2004) e doutorado (2007) em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, bem como Pós-doutorado no Instituto Universitário de Lisboa - ISCET-IUL - Lisboa - Portugal (2017) e Pós-doutorado na Università degli Studi di Padova - Unipd - Itália (2018). Atualmente é professora associada do Departamento de Psicologia da UFSC e do PPGP – Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSC.

<https://orcid.org/0000-0002-4333-4719>

E-mail: andreabs@gmail.com